

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

No dia 10 de julho de 2024, às 14h30min, no formato híbrido, teve início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as) Titulares: **Augusto Ferrer de Castro Melo; Bárbara Pereira Collier; Nivaldo Jorge Machado; Fernando Pereira; Marcelo Alexandre Balbino dos Santos; Alcidésio José de Santana; Rafael Farias Almeida; Ana Paula Santana; Arthur Bruno de Medeiros Teti; Carlos Eduardo Sales de Melo; Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa; Gilmar Correia da Silva; Joab Henrique da Silva; Severino Carlos Amorim; Cleonice Maria dos Santos; Wagner Staden de Vasconcelos Egito; Adailton José da Silva; Roberto Gercino; Wlyssys Wolfgang Reis Dias Araújo; Yasmim Dyndara das Neves Crispiniano; Eduarda Borba Lagioia Lippo; Francisco Sidney Rocha de Oliveira; Rayana Burgos dos Santos.** Conselheiras (os) suplentes: **Elimar Pereira da Silva; Natália Oikawa; Gerlane Souza de Lima; Dayvton Diego Almeida; Salatiel Magno Siqueira Alves; Renato Fonseca; Marcelo Renan Oliveira de Souza; Roberto Azoubel da Mota Silveira.** Com a seguinte Pauta:

01. **INFORMES:** 1.1 – Fundação Padre João Câncio, Helena vai falar ao CEPC sobre a Missa do Vaqueiro; 1.2 – Evento VII Felicidade - "Feira de Literatura da Cidade de Moreno/PE"; 1.3 – PNAB/Lançamento dos Editais; 1.4 – Pendências: crachás, reuniões, descentralizadas, etc.; 1.5 – GT do PEC; 1.7 – Casa Ermínio de Moraes (Bárbara Collier); 1.8 – Apresentação Gerente de Fotografia - GPC; 1.9 – Salão de Artes Visuais / Prêmio de Fotografia (atualizações); 2. Reintegração da Presidência da Sociedade Civil; 3. Comissão de Ética vai trazer o parecer da CPAD e sobre os questionamentos dos ofícios do Maestro Adailton; 4. Inadimplência dos Pontos de Cultura; 5. Lei Cultura Viva; 6. PNAB - (explicações dos dois equipamentos escolhidos R\$ 5 milhões); 7. Criação do Prêmio de Artes Visuais e Criação de um evento fixo no calendário.

Amanda Carneiro, Secretária da Casa dos Conselhos Estaduais, gostaria de saber se todos os conselheiros que estavam na reunião na sala virtual conseguiam ouvi-la. Se houvesse alguém com alguma dificuldade, que, por favor, já pudesse sinalizar para ela no chat para que ela tentasse solucionar. Todos os conselheiros que colocaram suas presenças no chat seriam computados, mesmo assim, ela teria que começar a fazer chamada para confirmação de presença dos conselheiros. Os demais poderiam ficar tranquilos, pois seriam computados no decorrer da reunião. Ela estaria sempre observando. Ela passaria a palavra ao Presidente Wagner Staden para que ele conduzisse a reunião, mas queria apenas lembrar que, na reunião daquele dia, pela quantidade de pontos de pauta, eles iriam cronometrar melhor o tempo de fala. Já havia duas pessoas inscritas para os informes, Wagner Egito, mas gostaria que ele perguntasse se havia mais alguém que quisesse se inscrever. **Wagner Egito** agradeceu o momento e informou que estava reassumindo a presidência do Conselho Estadual de Política Cultural após um afastamento preventivo de 90 dias, iniciado em 9 de março devido a uma investigação de denúncia. Esse afastamento

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

terminou no dia 8 de julho. Ele agradeceu o apoio recebido durante o processo e destacou a importância do Conselho Estadual de Política Cultural, que está em seu quarto mandato desde a criação da lei dos conselhos em 2014. Wagner Egito ressaltou que o conselho é novo para a sociedade e que a situação enfrentada trouxe aprendizado e amadurecimento. Ele enfatizou a importância da participação social efetiva e das instituições democráticas fortes, comparando a situação do conselho ao fortalecimento das instituições democráticas no Brasil. Wagner Egito destacou que divergências políticas são normais na democracia e afirmou que está na presidência a serviço do conselho, sem ambição de poder. Agradeceu a Yasmim Neves pela condução do conselho durante seu afastamento, reconhecendo sua gestão madura e democrática. Ele convidou Yasmim Neves a dar uma palavra aos conselheiros sobre sua experiência na presidência. **Yasmim Neves** cumprimentou a todos e pediu licença para falar. Ela afirmou que estava apenas cumprindo seu dever e que todos estavam ali juntos para construir uma política pública efetiva, respeitosa e democrática. Yasmim Neves destacou que qualquer pessoa, seja da sociedade civil ou do governo, que ocupasse aquela posição deveria seguir o caminho que estavam construindo para a Política Cultural do Estado de Pernambuco. Ela enfatizou a importância da valorização da política cultural e afirmou que todos ali estavam unidos por um grande fator: a cultura do estado. Quem amava a cultura de Pernambuco lutaria por ela em qualquer lugar. Yasmim Neves se colocou à disposição, seja como Presidente, Vice-presidente ou Secretária Executiva de Cultura, reafirmando a importância da luta conjunta. Ela também mencionou que gostaria de fazer uma observação sobre datas quando os pontos da pauta fossem discutidos. **Wagner Egito** ressaltou que a política social não pode ser unilateral, pois é plural por natureza. Afirmou que pensar em uma gestão voltada apenas para um lado, seja da gestão ou da sociedade civil, é confrontar a democracia e o bom convívio de uma política social. Ele deu as boas-vindas a Gilberto Sobral, que assumiu a superintendência do IPHAN, destacando sua conhecida contribuição para a cultura pernambucana. Wagner Egito agradeceu por estarem na casa de Gilberto. **Gilberto Sobral** agradeceu o convite para participar da abertura e informou que assumiu recentemente a superintendência do IPHAN. Ele destacou seu compromisso com a preservação do patrimônio cultural brasileiro e mencionou que trabalharia em conjunto com a equipe técnica para escutar, interceder junto ao governo federal e fazer a interlocução com o governo estadual e prefeituras. Gilberto Sobral afirmou que sua missão era aproximar o IPHAN da população e das ações necessárias, investindo na educação patrimonial e em materiais educativos, alinhado ao pensamento do governo Lula, da Ministra Margarete Menezes e do presidente nacional Leandro Grass. Ele expressou felicidade em participar da reunião do conselho, apesar de ter sido uma surpresa, e mencionou que havia tomado posse apenas três dias antes. Gilberto se disse feliz por estar entre pessoas que lutam pela cultura com dedicação e amor, e deu as boas-vindas a todos, colocando-se à disposição. **Wagner Egito** concluiu sua fala inicial e propôs que a reunião prosseguisse, abordando as pautas de forma madura, consciente e respeitosa, conforme já mencionado. **Amanda Carneiro** pediu licença para



REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

fazer dois avisos. Primeiro, ela informou que, apesar das reuniões presenciais, havia uma autorização para seguir as datas estabelecidas, mas ressaltou que não poderiam estender a reunião além das 17h20. Isso se devia ao fato de que profissionais e técnicos do IPHAN terminavam o expediente às 17h e frequentemente ficavam até mais tarde devido às reuniões, algo que não poderia mais acontecer. Ela pediu a todos que se atentassem ao horário. Amanda Carneiro agradeceu e passou a palavra ao presidente para abrir os informes. Mencionou que havia dois inscritos, mas devido à grande quantidade de informes, sugeriu abrir para apenas um, de modo a permitir o andamento dos pontos de pauta. **Wagner Egito** ressaltou que todos tinham direito à fala e à inscrição nas reuniões, onde sempre estabelecia um encaminhamento no início. Naquela reunião, os informes seriam seguidos pelos pontos de pauta: reintegração da presidência, sociedade civil, inadimplência da policultura, agricultura Viva, PNAB e a Criação do prêmio de artes visuais. Ele explicou que a questão de encaminhamento envovia propostas para mudar o encaminhamento inicial, as quais seriam votadas. Questões de ordem poderiam ser levantadas a qualquer momento para comunicar algo que não estava conforme o acordado, sem necessidade de debate. Em seguida, ele iniciou os informes. **Marcelo de Ogum** explicou que a questão de ordem não depende de aprovação, pois está prevista no regimento e deve ser acatada. **Wagner Egito** abordou a questão de ordem e pediu a Marcelo de Ogum que mostrasse o artigo do Regimento que ele citava, para que pudesse ser verificado. Ele enfatizou que a discussão deveria ser feita com respeito e que não havia necessidade de debates desnecessários sobre o regimento. **Rafael Farias** pediu que os informes fossem seguidos conforme a pauta pré-determinada e verificou quem estava inscrito para dar informes. Identificou que além dos informes já definidos, Tainá, Joab e Marcelo de Ogum estavam inscritos, e Elimar Caranguejo também havia se inscrito, embora o informe de Elimar estivesse condicionado a uma pauta específica. Ele sugeriu que os informes iniciais fossem gerais e que a comissão de ética, mencionada como um ponto de pauta, deveria ser tratada como o primeiro ponto após os informes, como a reintegração da presidência já estava clara. **Cleonice Maria** cumprimentou a todos e propôs duas alterações na pauta. Ela sugeriu que, devido à extensão da pauta e à necessidade de respeitar o horário dos profissionais do IPHAN, seguissem a recomendação de Wllyssys para limitar os informes a no máximo 3 minutos. Com isso, ela propôs retirar os dois pontos de pauta, **Lei Cultura Viva e Inadimplência dos Pontos de Cultura**, e transformá-los em informes, permitindo que a Secult posteriormente os apresentasse. Além disso, Cleonice pediu que todos participassem da reunião de forma desarmada e fraternal, focando na discussão de projetos importantes para a cultura de Pernambuco. Ela enfatizou que, mantendo um ambiente colaborativo, todos, sociedade civil e governo, se beneficiariam. **Yasmim Neves** explicou que, em uma reunião passada, havia mencionado que estavam no processo de construção da minuta e aguardando a liberação do orçamento e da programação financeira. O evento seria para entregar certificados e troféus aos premiados e lançar os prêmios **Hermilo Borba de Literatura, Fotografia, Palhaço Cascudo de Arte Circense, Ariano Suassuna, e Pernalonga**,



REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

todos com decreto. Ela destacou que alguns prêmios estavam com a edição atrasada, então esses prêmios seriam entregues de forma duplicada, abrangendo os anos de 2023 e 2024, com exceção do Cascudo e do Hermilo, que continuariam conforme o plano. O prêmio de Fotografia teria 30 premiados em vez de 15, e os prêmios Ariano e Pernalonga seriam também duplicados. Yasmim Neves informou que havia encaminhado o convite para o Conselho e para a Casa dos Conselhos, que o repassaria aos conselheiros, e que também convidariam os premiados, com a expectativa de contar com a presença da governadora. **Wagner Egito**, no segundo ponto do informe, abordou o item 1.1, **Fundação Padre João Câncio**. Ele perguntou se a presidente da Fundação Padre João Câncio, Helena, estava presente e se era ela quem iria falar. **Amanda Carneiro** explicou que havia mandado um ofício para a Casa dos Conselhos solicitando que fosse colocado nos informes da próxima reunião. Ela confirmou que estaria presente na reunião, mas, devido à distância, creio que ela entraria online. Se ela ainda não havia entrado, infelizmente seria necessário dar andamento à reunião e a remarcação para outro momento poderia ser considerada. **Wagner Egito** explicou que a questão da Missa do Vaqueiro era uma disputa semelhante à do FIG, com a Prefeitura Municipal de Serrita envolvida em uma disputa relacionada à organização da Missa do Vaqueiro de Serrita. O outro informe era sobre o evento **Sétima Felicidade**, a feira de literatura da cidade de Moreno, PE. Ele então passou a palavra para Dayvton. **Dayvton Diego** desejou boa tarde, saudou os mais velhos e os mais novos, e deu axé para quem era de axé. Ele explicou que estavam lutando para realizar a **sétima edição do evento chamado Felicidade, a feira de literatura independente da cidade de Moreno - PE**. Nos últimos seis anos, o maior patrocinador do evento havia sido a Editora Ser Poeta, uma única editora que já havia publicado mais de 100 títulos e impresso mais de 30.000 livros, sempre com a missão de publicar autores invisibilizados, como negros, LGBT e periféricos. Dayvton mencionou que estavam enfrentando dificuldades para financiar a sétima edição deste ano, apesar de terem criado uma lei de incentivo à literatura no município e de terem conseguido incluir o projeto no calendário anual. Ele relatou que, mesmo após a luta com o poder público municipal e o envio do projeto ao Governo do Estado, ainda não haviam recebido uma resposta sobre o apoio necessário para a realização do evento. Com apenas 41 dias restantes para o início do evento, ele estava na iminência de decidir se cancelaria o evento mais uma vez, como havia feito no ano anterior devido à falta de incentivo. Ele pediu a Yasmim Neves, a Secretaria Executiva de Cultura, que informasse sobre a resposta ao projeto, uma vez que o prazo estava se esgotando. Dayvton também avisou que não poderia ficar até o final da reunião, pois tinha uma reunião marcada para as 15:30 para discutir a feira, mas agradeceu e destacou que o conselheiro titular de Literatura estava presente e representando a literatura. **Rafael Farias** explicou que havia pedido a data do lançamento dos editais da PNAB e colocou esse assunto como um ponto de pauta para obter esclarecimentos sobre o assunto, abordando também a cobrança diária que ele havia trazido para a reunião. **Yasmim Neves** explicou que, sobre o crachá, estavam aguardando a formalização do contrato com a empresa para poder solicitar as fotos e realizar os crachás. Ela acreditava

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

que, ainda no mês de julho, conseguiram resolver a questão. Ela sabia que já existiam alguns conselhos que tinham fotos, e era apenas necessário verificar quais não tinham para enviar ou tirar as fotos e, assim, realizar o processo de confecção dos crachás de forma única, com a Secretaria de Cultura do Estado e os conselheiros. Sobre as reuniões centralizadas, ela comentou que ainda estavam aguardando a liberação da PGE. Embora já houvessem cobrado essa questão, infelizmente não estava sob a responsabilidade da Secult e ela estava conversando novamente com o procurador para tentar dar agilidade ao processo. Assim, ainda não havia uma data exata para a liberação e era necessário aguardar um pouco mais. **Cleonice Maria** explicou que havia sugerido a Amanda Carneiro, no grupo, que dessem uniforme. Ela havia aproveitado a reunião de hoje para informar que, embora o grupo tivesse sido criado e uma primeira reunião já tivesse ocorrido, a segunda reunião da **PEC**, que estava marcada para ontem, infelizmente não ocorreu e foi remarcada para a próxima sexta-feira, às 18:30. Ela informou que, no Conselho, estavam apenas ela, o Maestro Adailton, Chiquinho e o Alexandre, e que, a partir da próxima reunião, acreditavam que já teriam mais novidades. O objetivo era apenas informar que as coisas haviam começado a andar e que estavam bastante otimistas para concluir o processo e efetivar o plano o mais rápido possível. **Yasmim Neves** lembrou que a fala sobre o **PEC** havia sido realizada na reunião anterior por Edvaldo, que explicou como estava sendo feita a construção e que eles iriam se reunir para começar o trabalho. Ela acreditou que essa explicação, pedida por Wagner Egito sobre o mesmo, não atendia aquele momento, já que havia ocorrido na reunião passada. **Bárbara Collier** explicou que, sobre a **Casa Ermírio Hermínio de Moraes**, ela havia trazido representantes da Cultura de Jaboatão para obter um feedback do governo. Ela lembrou que, na reunião de dezembro do ano passado, a esse equipamento, uma vez que Jaboatão não possuía um equipamento cultural público havia sido formada a Casa Ermírio de Moraes, que foi doada pelo grupo Votorantim ao governo do Estado com a finalidade de ser um equipamento cultural. A Casa havia funcionado como equipamento cultural por aproximadamente dois a três anos. Quando ela saiu da gestão, esse equipamento passou a ter outro uso durante a reforma do Palácio e, atualmente, estava abandonado. Ela solicitou que o governo do Estado prestasse atenção estruturada. Bárbara tentou pesquisar a documentação sobre a doação da casa, mas achou que cabia uma investigação no grupo Votorantim e nos cartórios da região para dar um retorno e um feedback, com a finalidade de que o equipamento pudesse voltar a servir à cultura de Jaboatão e à cultura do Estado de Pernambuco. Sobre o ponto de pauta do **Salão das Artes Visuais**, Bárbara explicou que era um assunto de sua responsabilidade, relacionado às artes visuais. Ela mencionou que a linguagem das artes visuais não possuía premiação e que, se pudesse, gostaria de saber como a premiação poderia se tornar regimental, ou seja, como ela poderia ser formalizada por meio de um decreto. Ela afirmou que não havia prêmios, eventos, ou festivais de artes visuais comparáveis às outras linguagens culturais, e quis saber o que estava sendo feito pelo Governo do Estado a respeito, já que o pleito havia sido apresentado na reunião de dezembro e já estava no mês de julho. **Yasmim Neves**

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

explicou sobre o último informe da mesa, que era a **apresentação do gerente de fotografia da GPC**. Ela relatou que já havia feito a apresentação de Jefferson na reunião, que ocorreu duas reuniões anteriores a essa, quando ele tomou posse na secretaria. Na ocasião, ela havia dito que iriam marcar uma nova reunião para conversar, mas, como ele não compareceu hoje devido ao processo do “Pernambuco Meu País” e, com o lançamento dos prêmios previsto para daqui a 15 dias, a equipe estava completamente envolvida nos trabalhos. Ela informou isso não só para Bárbara, mas para qualquer conselheiro que quisesse conversar com a equipe. Ela destacou a importância do diálogo para trazer devolutivas e entender a situação, uma vez que quem estava chegando ainda não tinha um assessor. Yasmim explicou que, na Gerência de Políticas Culturais, o que havia abaixo dela eram coordenadorias e assessorias. Ela mencionou que havia a Coordenadoria de Música, Cultura Popular, Audiovisual, Dança e Artes Visuais. As assessorias eram para apoiar o processo de construção e que, atualmente, a Gerência de Políticas Culturais estava buscando preencher o cargo vago na Assessoria de Artes Visuais e na Assessoria de Artesanato. Informou que, enquanto assistentes, havia Makson Dias para a linguagem de artes visuais e Élida para a linguagem de artesanato, e que ambas estavam trabalhando para dar continuidade ao trabalho anterior. Yasmim Neves ressaltou a importância de marcar uma conversa com a equipe para discutir essas questões. Sobre a **Casa Hermínio de Moraes**, Yasmim Neves mencionou que realmente precisava conversar com o Jurídico e com a Fundarpe sobre a situação. Ela acreditava que era importante marcar uma reunião com a Superintendência de Equipamentos para entender como poderiam seguir com o trâmite e reviver esse espaço cultural. Ela afirmou que, embora Paula já tivesse iniciado um processo para entender a situação, uma nova reunião com a Fundarpe poderia ajudar a esclarecer o processo e encontrar soluções. Sobre os **Salões de Artes Visuais**, Yasmim Neves explicou que era uma meta prioritária, mas não para o ano atual devido a questões orçamentárias. Ela reconheceu que, devido à troca de gestão, não haviam conseguido orçar essas ações no ano passado, mas estavam planejando para o futuro, conforme as prioridades do Estado e os recursos que poderiam vir do ministério. Quanto aos **prêmios** de artesanato, design de moda e gastronomia, Yasmim Neves relatou que estava lutando para solicitar um decreto para todos esses prêmios, com a esperança de que se tornassem fixos e regulamentados, uma vez que a Secult podia instigar, mas não necessariamente executar todas as ações. **Thaynna Leocádio** desejou boa tarde a todos e explicou que havia um lembrete a ser reforçado. Ela informou que, conforme havia sido colocado no grupo dos 80 por Nivaldo Jorge, estava acontecendo o **Ciclo de Escutas para a Reestruturação do Dia Nacional de Política Cultural**. A escuta estava marcada para o dia 16 de julho, às 17:00, de forma virtual, e seria realizada com os conselhos da região Nordeste e conselheiros do Estado. Thaynna Leocádio destacou que todos estavam convidados a participar dessa escuta de reestruturação do CNPC e agradeceu a atenção de todos. **Nivaldo Jorge** explicou que já havia postado no grupo oficial do Conselho a **Convocatória do MinC**. Ele havia compartilhado no grupo dos 80 todas as informações que recebia sobre os encontros do

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

Conselho Nacional, repassando toda as demandas relacionada à reformulação do Conselho Nacional de Política Cultural. Nivaldo Jorge destacou a importância de lutar pela volta dos colegiados setoriais ao Conselho Nacional, uma vez que o conselho atual estava funcionando com base em um decreto do antigo governo, especificamente do vice-presidente Mourão, e não de uma forma democrática como a que ele e outros vinham lutando. Ele explicou que essa reformulação estava sendo convocada para todas as regiões, começando pela região Sul, seguindo para a Sudeste, e, por fim, seria realizada na região Nordeste. **Joab Henrique** desejou boa tarde a todos, à mesa, ao Presidente, à Vice-Presidente, à Secretária, aos colegas conselheiros e aos convidados presentes na sala virtual. Ele mencionou que queria destacar a **inauguração da escola de música em Amaraji**, um feito que foi resultado de uma longa batalha liderada pelo maestro Reginaldo. A inauguração ocorreu na semana passada e contou com a entrega de diversos instrumentos para as crianças da cidade, que enfrentavam muitas dificuldades, como é comum no Brasil e no Estado de Pernambuco. Joab Henrique também ressaltou que o “**Bloco Eu Quero Mais**”, de Olinda, havia sido convidado para participar das apresentações musicais na Feneart na sexta-feira, às 16 horas. Ele agradeceu ao governo e aos demais envolvidos por terem indicado o bloco para abrilhantar o evento e mencionou que havia recebido a notícia durante sua visita à diretoria do bloco. Adicionalmente, ele falou sobre o ”**estival na Serra**”, que aconteceria em Gravatá nos dias 12, 13 e 14. Esse festival, que estava em sua terceira edição, seria um evento importante de música e dança, com alojamento reservado e diversas apresentações artísticas. Joab convidou todos a participar e destacou que, apesar da falta de apoio do governo, as parcerias privadas estavam garantindo um evento incrível, demonstrando a força da cultura e da arte do Estado de Pernambuco. **Marcelo de Ogum** desejou boa tarde a todos e todas, e ao Senhor Presidente, e mencionou que estava trazendo o Regimento, especificamente o artigo 6º, parágrafo 7º, para o Presidente. Ele iniciou seu informe parabenizando os quadrilheiros, especialmente Rafael, que havia saído do interior para mostrar sua arte na cidade. Marcelo de Ogum elogiou o trabalho de Rafael e destacou o maravilhoso São João de Itamaracá, mencionando que a cidade estava recebendo vários projetos de circo da LPG através do Governo Estadual em parceria com o Governo Nacional. Ele comentou que, graças ao Prefeito Paulo Batista, o circo estava forte na Ilha de Itamaracá, e citou como exemplo o Circo Negro, além de outros projetos que estavam chegando através da Lei Paulo Gustavo. Marcelo de Ogum também fez um informe sobre o evento “Pernambuco Meu País”, mencionando uma disputa sobre a Missa do Vaqueiro que havia ocorrido em Garanhuns. Ele destacou que, apesar da briga entre o Governo Estadual e o Governo Municipal, a cultura popular havia saído ganhando com a criação do “Pernambuco Meu País”, que tinha proporcionado oportunidades para artistas se apresentarem em várias cidades. Marcelo de Ogum parabenizou a Secult pela decisão de nomear a lona do evento como “Lona Alakazam”, ressaltando que essa era uma luta antiga dele, que havia começado no primeiro conselho com William Santana e continuado com Fatinha Pontes. Ele afirmou que “**Lona Alakazam**” era um Patrimônio Vivo que

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

merecia todo o respeito da cultura, tanto nacional quanto pernambucana. **Yasmim Neves** ressaltou que as resoluções que haviam sido aprovadas por aquele conselho foram publicadas no Diário Oficial e já constavam no Portal Cultura PE, na seção do Conselho. Ela esclareceu que, portanto, não havia mais nenhuma pendência em relação a esse ponto. **Amanda Carneiro** informou que tinha mais um comunicado a fazer, referente a uma cobrança do Conselho para a publicação das resoluções. Ela explicou que as publicações haviam sido feitas e que, agora, o próximo passo seria disponibilizar todas as informações no portal e fazer as atualizações necessárias. Amanda Carneiro afirmou que as publicações já haviam sido realizadas no Diário Oficial do Estado e que o grupo ainda precisava ser informado, pois a intenção era colocar a notícia completa sobre o fato de que o portal estava totalmente atualizado. **Cleonice Maria** deu um informe sobre uma situação que não havia sido solicitada, mas que havia ocorrido recentemente. Ela explicou que, no dia anterior, seu companheiro Anildomá Williams havia solicitado a exoneração do cargo de Coordenador do Escritório do MinC em Pernambuco. Cleonice Maria esclareceu que a decisão não tinha motivos políticos nem desavenças com o ministério, mas se tratava de questões pessoais. Ela ressaltou que Anildomá continuaria contribuindo para a cultura pernambucana e para o Ministério da Cultura, porém sem o cargo. Cleonice Maria informou que, na sequência, abordaria dois pontos de pauta. O primeiro ponto era a solicitação para que Yasmim Neves fornecesse uma devolutiva sobre a situação dos **Pontos de Cultura** inadimplentes em Pernambuco, pois ela havia recebido várias demandas sobre a possibilidade desses Pontos participarem do edital da PNAB. Cleonice Maria mencionou que, na última reunião com a Secretaria Executiva Yasmim Neves, havia sido discutida a criação de uma coordenação ou assessoria para os Pontos de Cultura, mas o nome proposto havia sido exonerado e ainda não havia sido feita uma nova indicação ou dado qualquer retorno sobre a situação. O segundo ponto era sobre a **Lei Cultura Viva**. Cleonice Maria explicou que havia sido criado um grupo de trabalho, composto inclusive por pessoas de fora do Conselho, para regulamentar essa lei com urgência. No entanto, a última tentativa de convocar uma reunião para avançar com o processo não teve retorno, e Cleonice Maria enfatizou a importância de retomar as discussões para regulamentar a lei e garantir a continuidade da cultura popular no Estado. **Thaynna Leocádio** fez uma breve provocação antes de iniciar o primeiro ponto de pauta. Ela comentou que havia notado que Amanda Carneiro mencionara a atualização da página do Cultura PE e fez uma solicitação para que o nome da Gastronomia fosse incluído na seção de linguagens do portal. Thaynna Leocádio lembrou que, durante a reformulação do site, a Gastronomia continuou invisibilizada, e ela queria apenas destacar essa questão. **Wagner Egito** anunciou que, em seguida, iria abordar o segundo ponto da pauta, que tratava da Comissão de Ética e do parecer da CPAD, além dos questionamentos dos ofícios do Maestro Adailton. Ele lembrou que, antes de discutir a Comissão de Ética, havia uma pauta sobre a reintegração da presidência da sociedade civil e então pediu a Yasmim Neves para falar sobre esse assunto. **Yasmim Neves** explicou sobre a reintegração da presidência. **Ela fez uma correção** na fala de Wagner, que havia dito que

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

a reintegração, de fato e de direito, tinha ocorrido naquele dia. Yasmim Neves esclareceu que, na verdade, a portaria emitida pela Secretaria de Cultura, Cacau de Paula, em março, tinha um prazo inicial de 30 dias, que encerrou-se no dia 8 de abril. Na mesma semana, foi emitida outra portaria prorrogando o prazo por mais 60 dias corridos, o que fez com que o prazo finalizasse no dia 8 de junho de 2024, totalizando 90 dias de suspensão preventiva. Em paralelo, havia o processo de sindicância e o inquérito administrativo disciplinar, que era contabilizado em dias úteis e havia terminado no dia 8 de julho. Yasmim Neves lembrou que, na reunião anterior, que ocorreu no dia 28 de junho, Wagner Egito já poderia ter reassumido a presidência, pois o processo de sindicância já estava concluído. Ela explicou que, embora a reintegração da sociedade civil para a presidência estivesse disponível a partir do dia 9 de junho, a reunião ordinária seguinte ocorreu somente no dia 28 de junho, e Wagner havia optado por aguardar a conclusão do processo da sindicância para se sentir mais confortável ao retornar. Yasmim Neves ressaltou que a reintegração poderia ter sido executada a partir do final do prazo da portaria, que foi no dia 8 de junho, e a finalização do processo administrativo ocorreu no dia 8 de julho, considerando os dias úteis. Ela fez essa explicação para esclarecer a questão das datas, pois havia muitos questionamentos no grupo. **Wagner Egito** passou para o próximo ponto de pauta e explicou que Joab era o coordenador da Comissão de Ética e que ele iria dar um histórico e informar como tudo ocorreu na comissão. Ele destacou que qualquer pessoa que quisesse fazer algum esclarecimento poderia pedir a palavra. Até aquele momento, Joab não havia se manifestado, então ele foi escalado para explicar como a questão da comissão de ética se desenvolveu. Wagner Egito enfatizou que quem tivesse algum esclarecimento poderia se manifestar após a explanação de Joab. Ele orientou que os conselheiros fizessem perguntas para esclarecimento, não para discussão, para que Joab pudesse completar as informações. Depois disso, abririam para as falas dos presentes. **Joab Henrique** agradeceu ao presidente e novamente cumprimentou a todos. Adiante, explicou que a Comissão de Processos Administrativos estava analisando tecnicamente os casos. Ele destacou que a Comissão de Ética, como o presidente mencionou, era um conselho novo e ainda não possuía um material de trabalho jurídico aprofundado. No entanto, todos na comissão tinham noções éticas e jurídicas para tratar a questão apresentada tecnicamente pelos processos administrativos. Ele afirmou que a comissão chegou a um consenso democrático para trazer ao pleno, que tem o poder de decisão, o parecer do relatório. Joab trouxe a todos presentes na sala virtual e presencialmente o **Parecer da Comissão de Assuntos Jurídicos e Ética do Conselho Estadual de Política Cultural**. A reunião aconteceu no dia 9 de julho de 2024, em formato virtual, com conselheiros e conselheiras da Comissão de Assuntos Jurídicos e Ética do Conselho Estadual de Política Cultural. A pauta foi a análise sobre a decisão e o inquérito administrativo do senhor Wagner Egito e a apuração dos ofícios encaminhados pelo Maestro Adailton. O primeiro tópico informou o artigo 23: os casos omissos dos regimentos internos do Conselho Estadual de Política Cultural seriam decididos pelo colegiado do referido Conselho. Durante a reunião extraordinária realizada em 13 de

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

março de 2024, foi deliberado pelo pleno que o assunto deveria ser trazido à Comissão de Assuntos Jurídicos e Ética para análise e posterior devolutiva ao colegiado para votação. O relatório final da decisão do processo administrativo disciplinar e do inquérito administrativo foi encaminhado à comissão pela Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco. A comissão, composta por seis conselheiros, realizou a votação e tomou decisões. **A favor foram** Joab Henrique, Rafael Farias, Fernando Pereira e Yasmim Neves; **contra**, Elimar Pereira; e **abstenção**, Ana Paula Santana. Observação: Ana Paula Santana foi intimada a depor como testemunha dos autos e se absteve da votação. A Comissão de Assuntos Jurídicos e Ética deliberou as seguintes proposições: devido ao desgaste, fragilidade e exposição da situação, solicitou a votação do pleno pelo afastamento do senhor Wagner Egito do cargo de presidente do Conselho de Política Cultural do Estado de Pernambuco. Considerou que o conjunto probatório demonstrou prejuízo à disciplina, hierarquia e eficiência dos serviços públicos, além de danos à imagem do Conselho. Caso a decisão fosse aceita pelo pleno, seriam indicados novos nomes e realizada nova eleição para restituir a mesa diretora e a presidência da sociedade civil. Sobre o segundo item da pauta, a comissão deliberou o arquivamento dos ofícios por falta de provas contundentes. O documento foi assinado por Ana Paula Cordeiro, Joab Henrique, Elimar Pereira, Fernando Pereira e Yasmim Neves. **Renato Fonseca** pediu uma questão de ordem ao presidente, afirmando que havia uma lista de pessoas inscritas e que ele estava pulando essa ordem. Ele ressaltou que a presidência não se sobreponha ao conselho e solicitou que o presidente esperasse sua vez para fazer suas perguntas. **Wagner Egito** afirmou que de jeito nenhum a presidência se sobreponha a ninguém. Ele reiterou o encaminhamento que já havia mencionado: quem tivesse perguntas de esclarecimento a fazer, para obter informações, deveria fazê-las naquele momento. Acrescentou que não estava debatendo, discutindo ou defendendo nenhuma proposta, apenas fazendo perguntas de esclarecimento. **Rafael Farias** pediu uma questão de ordem e disse que, na verdade, já estavam numa pauta e que não existia mais nenhum informe. Ele ressaltou que a leitura foi feita para que pudessem comentar sobre o que foi lido. Acrescentou que, se fossem abrir para perguntas, ele poderia simplesmente agora dizer que tinha uma pergunta e se sobrepor na fala dos seus companheiros. Portanto, ele achava que era necessário respeitar uma ordem. **Wagner Egito** esclareceu que o objetivo não era se posicionar, mas sim obter informações. Ele afirmou que Joab Henrique deveria fornecer os esclarecimentos necessários para que pudessem debater qualquer assunto de maneira consciente. Ele destacou que era importante ter as informações adequadas e, se alguém tivesse alguma dúvida sobre o informe de Joab Henrique, poderia fazer a pergunta para obter a resposta necessária. Wagner Egito enfatizou que isso não era um debate, mas uma forma de obter esclarecimentos que embasariam as futuras falas. Ele mencionou que todos inscritos para falar teriam seus três minutos para isso, mas quem tivesse perguntas sobre o informe deveria fazê-las para obter esclarecimentos. Por fim, Wagner Egito perguntou quantas reuniões a Comissão de Ética teve desde sua formação em 8 de março, e Joab Henrique respondeu que foram duas reuniões. **Yasmim Neves** observou que,

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

quando o presidente perguntou se alguém queria questionar algo ao companheiro Joab Henrique, várias pessoas levantaram a mão, incluindo Renato Fonseca, Elimar Pereira, Rafael Farias, Cleonice Maria e ela própria. Presencialmente, Carlos Mendes, Nivaldo Rodrigues e Marcelo de Ogum também demonstraram interesse. Ela mencionou que Rafael Farias queria fazer uma observação sobre o ponto de pauta relacionado, que seria posterior à fala de Joab Henrique. Portanto, ela sugeriu que a palavra fosse passada a Renato Fonseca, seguido pelos demais, conforme a ordem. **Amanda Carneiro** pediu aos conselheiros presentes que falassem mais baixo para evitar ruídos de comunicação e em respeito aos conselheiros ausentes. Ela destacou a importância de usar o microfone para que tudo fosse gravado e para garantir um diálogo comprehensível para todos, estejam presentes fisicamente ou na sala virtual. Amanda Carneiro solicitou que os ânimos fossem acalmados, que se respeitasse a mesa diretora e que todos se respeitassem mutuamente como conselheiros, a fim de alcançar um denominador comum. Ela sugeriu que os conselheiros tomassem uma água ou um café e lembrou que, como adultos, é necessário manter o respeito. **Cleonice Maria** pediu uma questão de ordem para falar seu encaminhamento. Ela apontou que, pelo horário, não seria possível vencer essa pauta e as demais que estavam colocadas. Ela propôs que a discussão sobre esse assunto fosse adiada para uma reunião extraordinária, alegando que, por uma questão de bom senso, seria melhor pautar os outros pontos primeiro. Ela enfatizou a importância de considerar o horário comunicado. **Amanda Carneiro** lembrou a todos que os informes já haviam sido sanados até o item 1.9. Ela ressaltou que o número 2, sobre a reintegração da presidência da sociedade civil, também foi discutido na reunião. Amanda Carneiro informou que estavam agora na pauta 3 e que a pauta 4 e a pauta 5, que Cleonice Maria havia solicitado para assumir, também já foram resolvidas. A pauta 6 foi discutida na última reunião do dia 28 de junho, e a pauta número 7, sobre a criação do prêmio de artes visuais e criação do evento fixo no calendário, foi resolvida após conversa com Bárbara Collier. Amanda Carneiro destacou que a pauta restante, com uma hora e vinte minutos para tratar, era a pauta de número 3, sobre a comissão de ética, que traria o parecer e os encaminhamentos necessários para o pleno decidir. Amanda Carneiro enfatizou a importância de resolver esse assunto, que rondava o conselho há quatro meses, e pediu a todos que prestassem atenção. Ela apelou à maturidade e profissionalismo de todos para que se respeitassem e seguissem com a reunião. **Wagner Egito**, em relação à questão de encaminhamento levantada por Cleonice Maria uniformizou a pauta e lembrou que Amanda Carneiro mencionou o ponto de pauta 6, que permanece como a PNAB, com explicações sobre os equipamentos escolhidos de 5 milhões. Esse ponto foi levantado na reunião passada, mas surgiram outros questionamentos, então o pessoal queria discutir esse ponto da PNAB na pauta 6. Quanto à proposta de encaminhamento de Cleonice Maria, Wagner Egito sugeriu um complemento, caso ela concordasse, que seria o seguinte: se não houvesse tempo suficiente, dado que o tempo era curto, isso não impediria de iniciar as discussões e, se necessário, complementá-las em outra reunião. Ele acreditava que poderiam iniciar essas discussões para entendimento da situação, pois

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

essa era a primeira vez que o assunto do processo estava sendo tratado nesse conselho. Wagner Egito achava que poderiam começar com esse entendimento e, durante as discussões, decidir como proceder na próxima reunião. **Marcelo de Ogum** pediu ao presidente que seguisse a pauta, dizendo que, por favor, era necessário seguir com a pauta, pois estavam ali já há três meses enfrentando aquele "lenga-lenga". **Wagner Egito** fez o encaminhamento, dizendo que, se colocassem algo em votação, não estavam dizendo "não" ali. Ele explicou que era preciso colocar o voto, sem perder tempo com discussões desnecessárias, já que aquele ponto de encaminhamento havia sido previamente estabelecido. Reforçou que ninguém estava tentando atropelar ou impedir ninguém de falar; pelo contrário, o que ele desejava era justamente o contrário: que as pessoas tivessem tempo para se expressar, falar, tomar conhecimento de tudo, sem pressa. **Marcelo de Ogum** veio com uma questão de ordem, ressaltando que o Coordenador da Comissão de Ética já havia explicado a situação e que agora era o momento das falas de Rafael Farias e Renato Fonseca. Ele apontou que o senhor Wagner Egito estava atropelando as falas e pediu que fosse dado prosseguimento à pauta. A única coisa que Marcelo de Ogum queria era que a pauta fosse seguida conforme o planejamento. **Wagner Egito** explicou que a conselheira Cleonice Maria, no exercício de seu direito à fala, havia colocado uma proposta para a qual era necessário que os conselheiros se posicionassem. Ele pediu respeito, especialmente a Marcelo de Ogum, para que não se perdesse tempo com discussões desnecessárias. A abordagem era simples: quem não concordasse deveria votar "não", e quem concordasse deveria votar "sim". O que decidiu sobre a proposta de encaminhamento era a votação dos conselheiros. Caso alguém quisesse propor qualquer mudança, deveria fazê-lo, e a proposta seria votada para que os conselheiros decidessem se ela seria acolhida ou não. **Yasmim Neves** achou que, antes de discutir a questão do encaminhamento, era preciso ouvir os conselheiros que tinham dúvidas sobre o ponto de pauta, pois essas dúvidas poderiam interferir no direcionamento dos trabalhos. Ela explicou que, conforme a decisão tomada, seria necessário fazer perguntas a Joab Henrique e, depois, abrir a discussão. Yasmim Neves acreditou ser importante sanar as dúvidas levantadas após o ponto de pauta e, em seguida, levar a proposta de encaminhamento de Cleonice Maria para votação, com a sugestão de que o ponto fosse discutido em uma reunião extraordinária. Ela destacou que, após a expressão de Joab Henrique e os apontamentos feitos, havia dúvidas a serem esclarecidas. Rafael Farias queria falar, Renato Fonseca estava há algum tempo esperando para fazer uma pergunta, e havia outros três membros que também tinham questões. Segundo Yasmim Neves, era necessário seguir o ritmo estabelecido e abordar as dúvidas antes de votar sobre o encaminhamento para uma próxima reunião, e essa era sua opinião sobre o processo. **Renato Fonseca** começou a sua fala desejando boa tarde aos seus pares e, em seguida, fez uma questão de ordem e uma proposição. Ele sugeriu que, ao invés de decidir sobre uma reunião extraordinária para tratar do ponto de pauta atual, fosse marcada uma reunião extraordinária para tratar da PNAB, caso não houvesse tempo suficiente para isso na reunião em curso. Renato Fonseca deixou essa sugestão como uma proposição. Em

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

relação à sua fala, ele questionou o conselheiro sobre como foi realizado o trabalho da comissão e quais provas foram recebidas para que a comissão chegasse ao entendimento de solicitar o afastamento da presidência. Ele mencionou que estava circulando no meio da cultura a ideia de que o processo seria uma “caça às bruxas” e um processo político. Renato Fonseca pediu ao conselheiro que esclarecesse como a comissão chegou a esse entendimento, considerando que a grande maioria havia votado a favor desse parecer. **Joab Henrique** respondeu ao Conselheiro Renato, esclarecendo que, diante da dúvida levantada, foi apresentado, conforme já encaminhado, o relatório final da CEPAD. Ele explicou que o tempo foi curto e muito em cima. O companheiro Rafael Farias, Fernando, Ana Paula e ele mesmo tiveram um consenso sobre alguns despachos e finalizações que levaram ao entendimento que resultou no parecer. Ele destacou que tudo foi feito de forma democrática, com diversas opiniões relativas ao processo. O conselheiro Elimar, por exemplo, mencionou que a comissão deveria ler as 352 páginas do processo, mas devido à atividade intensa e a doença da mãe de Joab, ele conseguiu ler apenas os tópicos mais importantes para a discussão na reunião. Joab explicou que a análise e discussão foram feitas com o objetivo de preservar a imagem do Conselho, optando por propor a exoneração do presidente do cargo e realizar uma nova eleição para a presidência da sociedade civil, permitindo ao Conselheiro Wagner continuar seu mandato. Ele mencionou que o companheiro Elimar Pereira fez contravenções contra essa proposta e preferia uma reunião extraordinária para discutir o processo mais detalhadamente. Joab Henrique ressaltou que a comissão decidiu levar ao pleno a discussão sobre a exoneração e a eleição de um novo presidente para a sociedade civil, considerando as dificuldades enfrentadas nos últimos quatro meses. Ele também mencionou que houve especulações de conselheiros individuais, incluindo pedidos de cassação e outras atividades, mas a comissão optou pelo melhor refinamento do entendimento do relatório da CEPAD e do procedimento disciplinar. Ele concluiu afirmando que, sendo uma atividade política cultural, era importante levar ao pleno o melhor senso comum ético, pois todos eram imagem pública dos seus segmentos. Ele agradeceu pela oportunidade de esclarecer a questão. **Rafael Farias** levantou uma questão de ordem. Ele achava que poderiam otimizar as respostas, ser mais rápidos nessas respostas, para que pudessem dar tempo de ter o debate. Ele estava ansioso para falar sobre o que realmente havia acontecido na comissão de ética. Disse que precisava falar e temia não ter espaço para isso, pois, pelo que estava vendo, estavam tentando calá-lo de todo jeito. Rafael não entendia o medo que tinham de ouvi-lo falar. Ele precisava falar. **Carlos Amorim** perguntou sobre o ofício de provas contundentes arquivadas. Ele questionou: "O que é isso? Se foi arquivado, como é que a gente vai decidir?". **Yasmim Neves** explicou que, nesta reunião, foram tratados dois pontos. O primeiro foi o recebimento da decisão final da CEPAD no que tange à presidência e àqueles ofícios que estavam tramitando no conselho. Maestro Adailton afirmou que Wagner Egito havia impedido Joab Henrique de trabalhar e apresentou uma denúncia financeira. Enquanto isso, a comissão de ética, que havia votado em 13 de março pela continuidade da investigação, pediu para averiguar a situação. Foi averiguado que,

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

por falta de provas reais e contundentes, esses dois ofícios foram arquivados. Yasmim mencionou que deveriam trazer essa devolutiva nessa reunião, explicando que o ofício arquivado era o item 2, enquanto o item 1 era o que estavam discutindo no momento. **Nivaldo Jorge** quis dizer que a resolução da comissão de ética era o afastamento do presidente. Ele perguntou: "Por quatro votos, foi isso que eu entendi? Quatro votos, uma abstenção e um contra, não foi isso? A comissão de ética pede o afastamento, não é isso? Pronto, a minha pergunta é essa". **Joab Henrique** disse que, realmente, como foi falado pelo conselheiro Nivaldo, foram quatro votos a favor, um contra e uma abstenção. Ele afirmou que, no considerável mandato da presidência, era isso que havia entendido. **Marcelo de Ogum** disse que tinha duas dúvidas. Ele gostaria de saber se a CEPAD ou a comissão de ética tinham recebido, nesse documento de 352 páginas, algum documento jurídico. Perguntou se, ao redigirem esse documento, a polícia ou o Ministério Público haviam sido consultados, e se a CEPAD se baseou em algum documento para fundamentar a cassação do presidente. Ele também perguntou se o conselho de ética tinha analisado esses documentos. Quanto ao segundo ponto, Marcelo mencionou que, de acordo com seu entendimento, não era necessário que a decisão da comissão de ética fosse submetida ao plenário. Segundo ele, se a comissão de ética votou pela cassação, com quatro votos a favor, um contra e uma abstenção, a cassação deveria ser automática, sem necessidade de passar pelo plenário, uma vez que a comissão já havia tomado a decisão. **Joab Henrique** respondeu que, dentro dos autos do processo, como se sabe, o corpo tem advogados e termos jurídicos. Foram feitas oitivas e escutas, mas dentro desse processo não havia laudos judiciais ou questões jurídicas, apenas o que estava na Constituição e na parte administrativa do governo. Portanto, qualquer questão relacionada à justiça, foro ou tribunal não chegou ao governo. O processo foi disciplinado pelo comportamento ético e pela figura pública do presidente diante do Conselho de Políticas Culturais. Assim, as 352 páginas tratavam de termos administrativos e disciplinares relacionados ao conselheiro Wagner Egito, suas testemunhas e a vítima. Exatamente, Wagner Egito continuaria em seu mandato e seria exonerado da presidência, sendo realizada uma nova eleição. Essa foi uma sugestão da comissão direta. Ele mencionou que a comissão permanente de ética poderia fazer isso, mas que o pleno, sendo absoluto, tem a decisão final. O requerimento foi feito pelos conselheiros Fernando Pereira, Rafael Farias e Ana Paula e levado ao pleno. Eles sugeriram, em comum acordo, que o pleno decidisse se Wagner Egito prosseguiria na presidência, se seria exonerado ou se seria pedida a cassação dele. A decisão dependeria das dúvidas e discussões do pleno. **Rafael Farias** pediu, por favor, que parasse com a estratégia de manobra. Ele observou que as perguntas já tinham se encerrado, mas continuavam surgindo para impedi-lo de falar. Ele mencionou que essa era a terceira ou quarta vez que isso acontecia. Rafael Farias explicou que estava a 250 km de distância e não pôde estar presente porque tinha outras obrigações. Ressaltou que preferia estar presencialmente justamente para combater esse tipo de manobra desonesta. Ele enfatizou que precisava falar e pediu que respeitassem seu direito. Rafael Farias também destacou que, quem mora no sertão ou no interior do estado, frequentemente, não

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

é ouvido. Disse que não conseguia falar e que, toda vez que queria se expressar, tinha que pagar do próprio bolso para estar presente. Afirmou que toda vez que precisava falar, era ocultado e impedido de se expressar. Pediu que deixassem o sertão e o interior falarem e que queria se expressar. Reiterou que as perguntas eram uma manobra para impedi-lo de falar e exigiu que respeitassem seu direito como conselheiro. **Yasmim Neves** achou que a reunião estava tomando uma proporção desnecessária. Ela lembrou que tinham acordado seguir com respeito e ouvindo todos. Disse que as perguntas haviam sido feitas e que não tinham mais perguntas. Mencionou que Rafael estava com a mão levantada desde o início, que Cleonice falou depois dele. Yasmim Neves pediu, então, que Wagner passasse a palavra, pois Cleonice havia acabado de dizer: “Posso passar a palavra, o companheiro”, que lá estava esperando há mais de 30 minutos. Ela destacou que Rafael Farias estava no lugar de fala dele. **Wagner Egito** disse que estava tudo bem. Cleonice tinha passado a palavra, então ele queria dizer o seguinte: não era ele quem estava falando, era Cleonice Maria. Ela queria fazer uma pergunta e tinha passado seu tempo para Rafael. Ele queria ressaltar que Marcelo de Ogum estava ali e era para evitar tumultos. Ele mencionou que todos eram adultos e deveriam se respeitar, pois eram iguais e respeitosos. **Amanda Carneiro** pediu, por gentileza, que todos acalmassem os ânimos, explicando que daquela forma não conseguiriam conduzir a reunião. Ela solicitou que passassem a palavra para Rafael e pediu que todos se acalmassem. **Rafael Farias** agradeceu e cumprimentou todos os presentes na sala, expressando o desejo de estar fisicamente com eles, mas reconhecendo as dificuldades de participar remotamente. Ele enfatizou a necessidade de o governo proporcionar condições para reuniões presenciais, criticando o fato de se sentir calado em diversas ocasiões. Pediu desculpas aos colegas de sala pela frustração de não poder se expressar quando necessário, destacando que se tornou conselheiro justamente para ter voz, algo que outros também esperam de seus representantes. Em seguida, Rafael Farias abordou especificamente Wagner, enfatizando que não tinha nada pessoal contra ele e o respeitava como figura cultural. No entanto, ressaltou a gravidade do problema ocorrido em Brasília, onde estava presente. Ele acreditava na inocência de Wagner Egito com base nos autos e depoimentos, mas reconheceu o desgaste causado ao conselho durante o episódio amplamente divulgado na mídia. Rafael Farias explicou que o conselho, em termos éticos, foi prejudicado, chegando a essa conclusão de forma independente. Ele esclareceu que não podia emitir um parecer jurídico nem afirmar a culpa ou inocência de Wagner, uma vez que o conselho não recebeu informações da polícia. Rafael sugeriu que se realizasse uma nova eleição para presidente ou presidenta do conselho. Ele argumentou que o presidente deveria se defender e provar sua inocência, mas politicamente era necessário dar uma resposta urgente, pois a sociedade pernambucana esperava isso. Rafael mencionou que a situação lembrava quando a secretaria de Cultura do Estado precisou afastar a presidência por três meses, algo que os conselheiros deveriam ter feito antes. Ele assumiu a responsabilidade pela sua posição na comissão de ética e agora diante do pleno, esclarecendo que o conselho saía prejudicado e que era necessário corrigir o rumo através de outra eleição.

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

Rafael enfatizou que essa era sua posição, independentemente da resposta dos outros conselheiros. **Cleonice Maria** propôs que a pauta fosse discutida em uma reunião extraordinária. Ela fez um apelo, destacando que havia questões pertinentes para discutir e que o horário atual não permitiria isso. Cleonice Maria enfatizou que não estava desviando da pauta, pelo contrário, queria falar sobre ela. Para ela, a prioridade era colocar esse ponto em uma reunião extraordinária dedicada exclusivamente a essa questão, e pediu que fosse colocado em votação. **Nivaldo Jorge** fez sua proposta, alinhando-se à fala de Rafael Farias e reforçando a colocação dele. Ele deixou claro que não se tratava de algo pessoal contra o presidente, mas enfatizou que o conselho estava severamente prejudicado desde o dia 8 de março. Nivaldo prosseguiu com sua contraproposta, defendendo a continuidade do processo que estava sendo discutido naquele momento. Ele argumentou que não havia nada mais importante no momento do que limpar a imagem do conselho de política cultural. Nivaldo rejeitou a ideia de adiar o assunto para uma reunião extraordinária, mencionando que a maior parte da pauta já havia sido resolvida, conforme apontado pela secretaria. Ele concluiu reiterando sua proposta de seguir o caminho que já estavam trilhando para resolver o assunto naquele momento. **Wagner Egito** veio falar como conselheiro, mencionando sua saída da mesa devido aos encaminhamentos de Cleonice e Renato sobre o PNAB. Ele destacou que a comissão da Secult levou quatro meses para produzir autos que os conselheiros ainda não haviam recebido. Wagner Egito questionou a falta de base de conhecimento no debate, mencionando que os autos não comprovavam agressão. Ele criticou a repercussão baseada em um único blog e interrompeu Nivaldo Jorge, pedindo calma e criticando um pré-julgamento no conselho. **Nivaldo Jorge** questionou Wagner Egito, lembrando-lhe que ele havia se levantado da mesa e agora queria conduzir o processo como presidente, se intitulando também como conselheiro. Nivaldo enfatizou que o presidente tinha apenas um voto de Minerva e não podia votar, então era importante que Wagner Egito decidisse se queria se posicionar como presidente ou conselheiro, como Rafael Farias havia mencionado. Ele sugeriu que Wagner renunciasse ou sofresse afastamento, pois não era o momento adequado para se defender após ter se levantado da mesa. **Yasmim Neves** insistiu que se continuassem na agonia, não resolveriam nada. Desde que se sentou em 13 de março, ela pediu paciência para ouvir e falar, destacando que discussões não levam a lugar algum e só geram estresse e ataques. Ela solicitou respeito a todos os conselheiros. Havia encaminhamentos para votar: um de Cleonice, outro de Rafael, um de Renato e um de Nivaldo Jorge. Yasmim Neves enfatizou que não estavam ali para julgar se Wagner Egito cometeu alguma agressão, pois isso cabia aos órgãos competentes que lidavam com o boletim de ocorrência e outros documentos. Ela enfatizou a necessidade de votar para avançar com a pauta, evitando prolongar discussões improdutivas que minavam a credibilidade do conselho. Ela finalizou pedindo respeito mútuo entre todos os presentes, para que pudesse seguir com a pauta de forma mais eficiente e produtiva. **Elimar Pereira** começou cumprimentando a todos e todas, parabenizando Gilberto Sobral por sua conquista e novo desafio no IPHAN. Ele explicou que, como parte da comissão de



REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

ética, justificava seu voto contra, destacando a importância da imparcialidade no Estado democrático de direito. Ressaltou a necessidade de não julgar precipitadamente, especialmente sem provas claras apresentadas formalmente. Elimar Pereira questionou a transparência do processo, mencionando que os documentos pertinentes não foram discutidos adequadamente nas reuniões, baseando-se principalmente em opiniões. Ele criticou o uso de informações não verificadas de blogs e redes sociais dentro do Conselho, pedindo uma investigação séria e responsável por parte da Secretaria. Além disso, ele defendeu que a discussão se concentrasse nos rumos da cultura pernambucana, evitando pré-julgamentos que poderiam afetar negativamente os envolvidos. Elimar Pereira solicitou também que a ata e o vídeo da reunião fossem compartilhados para garantir transparência e coerência nas decisões do Conselho. **Amanda Carneiro** conduziu a reunião iniciando com a convocação dos conselheiros presentes e pedindo para que os ausentes entrassem na sala para iniciar a votação dos três encaminhamentos propostos. Ela reiterou os encaminhamentos feitos por Cleonice Maria, apoiada por Wagner Egito, Renato Fonseca e Nivaldo Jorge, para marcar uma reunião extraordinária, tratar da PNAB, e continuar as discussões no mesmo dia. Amanda Carneiro começou a votação pelo primeiro ponto, repetindo quem apoia a proposta de Cleonice Maria de adiar a decisão para uma data futura e marcar uma reunião extraordinária. Os votos favoráveis foram de Thaynna, Alexandre, Augusto, Cleonice, Laura, Wllyssys, Bárbara, Roberto Azoubel, Roberto Gercino e Carlos Amorim, totalizando 10 votos a favor. Agora partiram para a votação do segundo ponto, onde os encaminhamentos de Renato Fonseca e Nivaldo Jorge se complementavam, sugerindo adiar para uma reunião extraordinária a questão da PNAB e resolver todos os itens da pauta hoje. Amanda Carneiro pediu que levantassem as mãos para quem queria votar nesse sentido e também na continuidade da discussão sobre o afastamento do presidente, conforme proposto pela comissão de ética. **Com 13 votos favoráveis, decidiram prosseguir com a pauta do dia.** Após a votação, Amanda Carneiro anunciou que o pleno decidiu adiar a discussão da PNAB para uma reunião extraordinária devido ao horário no IPHAN. Ela propôs uma enquete no grupo dos 80 para decidir a nova data, garantindo que o assunto seria tratado com a mesma seriedade nas próximas discussões. **Yasmim Neves** pediu para que todos se recomponham, destacando a gravidade da situação. Enfatizou a importância de ouvirem uns aos outros para progredir na discussão, evitando repetições. Ela pediu a Wllyssys para se manifestar, desde que o assunto não seja repetido, conforme inicialmente discutido. Yasmim Neves pediu a Wagner Egito que concluisse sua fala e solicitou calma aos conselheiros presentes e virtuais, pedindo respeito durante a discussão. **Wagner Egito** afirmou que na reunião do conselho todos os conselheiros deveriam ter o direito de se posicionar. Ele criticou o fato de que até aquele momento, a Comissão de Ética não havia permitido a discussão do tema, apesar de alguns conselheiros quererem definir o assunto sem seguir os trâmites democráticos adequados. Wagner Egito insistiu que é essencial registrar na ata que houve discussão sobre o ponto em questão, destacando sua comunicação constante com Yasmin Neves, a vice-presidente e representante da gestão. Ele mencionou ter uma denúncia para

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

fazer sobre a Comissão de Ética, enfatizando a importância de todos os conselheiros terem direito a voz e serem ouvidos. **Yasmim Neves** expressou frustração com o fato de que, após duas horas, não se tinha chegado a nenhum consenso. Considerou isso um absurdo e desrespeitoso não apenas para o conselho, mas para todos os presentes, enfatizando que tempo é dinheiro e todos estavam ali para trabalhar pela cultura. Yasmim Neves pediu desculpas, mas sentiu que não se estava avançando para uma solução. Ela solicitou a Wagner Egito que passasse a palavra para Wllyssys. **Cleonice Maria**, enquanto Conselheira, não admitiu ficar ouvindo aquilo. Ela ressaltou que não recebia nenhum tipo de compensação financeira pelo seu trabalho no conselho, e que todos estavam ali voluntariamente. Cleonice Maria criticou a gestão por tumultuar a reunião, acusando de tentarem impor decisões de cima para baixo e encaminhar assuntos para uma comissão que não revisava adequadamente os documentos. **Amanda Carneiro** não concordou com a fala de Cleonice Maria reembrou durante sua intervenção que, na reunião de 28/06, o pleno decidiu que a discussão deveria ser conduzida pela comissão de ética. Ela destacou que essa decisão foi registrada em Ata e criticou a ideia de que estavam agindo de maneira arbitrária ou imposta de cima para baixo. **Wllyssys Wolfgang** pediu a palavra há mais de 90 minutos e expressou frustração com o prolongamento da reunião, destacando que o assunto da PNAB deveria ser discutido dentro do prazo estipulado. Ele expressou sua frustração com o presidente Wagner Egito, apontando que considerava sua prolixidade um obstáculo. Wllyssys Wolfgang solicitou uma auto-análise ao presidente, enfatizando que não tinha nada pessoal contra ele, mas que era crucial reduzir as repetições. Ele lamentou a falta de postura, prolixidade e falta de respeito percebidas durante a reunião, especialmente em relação ao tempo de fala concedido. Wllyssys Wolfgang mencionou a presença de pessoas do Sertão que testemunharam o que ele descreveu como uma falta de diálogo e respeito. Ele expressou preocupação com o cumprimento do prazo estabelecido para discutir o ponto de pauta relevante e fez uma sugestão para retificar o PAAR até 31 de julho. **Wagner Egito** mencionou que a questão da participação da conselheira Ana Santana na reunião da comissão de ética não teria validade, pois ela era testemunha no processo. Ele argumentou que Ana Santana deveria ser impedida de participar, assim como Amanda foi impedida de participar da Comissão da Secretaria de Cultura. **Joab Henrique** levantou uma questão de ordem jurídica, questionando se no Regimento estava explicitamente escrito que a conselheira Ana Paula não poderia votar. Ele e o maestro Adailton pediram uma revisão do Regimento. Wagner, segundo eles, ignorou a necessidade de formar um grupo de trabalho para revisar o Regimento antes de encaminhá-lo à ALEPE. **Wagner Egito** pediu para que Yasmim Neves presidissem a mesa e conduzissem a reunião, pois segundo ele, não tinha condições de continuar. **Bárbara Collier** levantou uma questão de ordem onde ressaltou que o próprio Wagner Egito pediu para Yasmim Neves conduzir a votação. Ela afirmou: "Vamos votar, né? Vamos votar. Pronto, é isso". **Elimar Pereira** mencionou que fez parte da comissão de ética, destacando que não houve leitura de documentos do maestro Adailton e a decisão foi baseada em opiniões. Ele ressaltou a importância de testemunhos e troca de informações

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

na ética do processo. Criticou também a falta de coordenação do coordenador durante todo o processo, afirmando que as duas reuniões foram lideradas por Yasmim Neves. Elimar Pereira mencionou ter recebido um e-mail oficial que não foi compartilhado com os conselheiros, e expressou seu descontentamento com a situação. **Rafael Farias** insistiu no respeito às decisões do pleno do Conselho, enfatizando que as votações determinam o que é finalizado. Ele rejeitou a ideia de golpe, enfatizando seu papel como representante da sociedade civil e refutando qualquer acusação dirigida a ele ou a outros membros. **Amanda Carneiro** colocou em votação o afastamento do Conselheiro Wagner Egito do cargo de Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural. Houve **13 votos a favor do afastamento**: Joab, Marcelo de Ogum, Nivaldo, Ana Paula, Maestro Adailton, Mestre Pirulito, Rafael Farias, Wllyssys, Thaynna Leocádio, Cadu Sales, Gilmar Bola 8, Lucas Barbosa e Pedro Ribeiro. Em seguida, foi realizada a votação para aqueles que não queriam que o Presidente Wagner deixasse o cargo, com **4 votos contra**: Augusto Ferrer, Cleonice Maria, Alexandre Melo e Roberto Gercino. Quanto aos que se **abstiveram** de votar, levantaram a mão Roberto Azobel, Bárbara Collier, Yasmim Neves, Wagner e Francisco. **Roberto Azoubel** explicou que sua abstenção se deve ao fato de não se sentir capaz de votar sem acesso ao que foi produzido pela Comissão de Ética. Ele afirmou não se sentir preparado para tomar uma decisão de voto sem essa informação. Ele mencionou que essa é a mesma razão dada por Bárbara Collier que também solicitou comunicar sua abstenção por esse motivo. **Yasmim Neves** explicou que, apesar de sempre ter uma posição sobre tudo, ela se absteve devido ao que considerou uma falta de respeito ocorrida na sala. Ela afirmou que, para ela, foi uma das piores coisas que já viu em toda a sua vida profissional, o que a levou a decidir pela abstenção. **Wagner Egito** fez sua declaração de voto, explicando que também se absteve. Ele afirmou que a luta continua e que, como Conselheiro, considera todo esse processo um amadurecimento para o Conselho. Segundo ele, todos prestam contas de suas atitudes para a história, para a memória e para a própria consciência. Wagner Egito destacou que a votação foi arbitrária e precipitada, analisando um processo sem o princípio básico da ampla defesa. Ele afirmou que, desde 8 de março, não foi questionado ou chamado para se defender. No momento da conclusão, não lhe foi perguntado o que tinha a dizer sobre a decisão, e os conselheiros votaram baseados em desejos subjetivos e não nos autos. Ele mencionou que os documentos entregues à Comissão de Ética foram disponibilizados apenas uma hora antes da reunião e não foram repassados aos demais conselheiros. Wagner Egito afirmou que a Comissão de Ética se reuniu de forma ilegal e arbitrária, com uma testemunha participando da reunião, o que, segundo ele, é contra o regimento. Ele destacou que a presidente Yasmim Neves trouxe o parecer da Comissão de Ética, ressaltando que a comissão não analisou nem leu nenhum auto. Wagner Egito registrou que essa votação deixa uma mancha no Conselho, mas espera que todos aprendam com isso. Ele enfatizou a importância de respeitar os procedimentos e ritos democráticos, incluindo o direito de adversários e aqueles que pensam diferente. Wagner Egito concluiu sua fala citando um filósofo: "Eu posso discordar de você em tudo que você faz, mas lutarei com todas as minhas forças pelo seu

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

direito de se posicionar." Ele afirmou que a democracia foi desrespeitada, e o que ocorreu foi uma votação baseada em desejos políticos, não em fatos. **Amanda Carneiro** afirmou que queria concluir sua fala, agradecendo a Wagner Egito. Ela explicou que, após o afastamento do presidente, o tempo que ficou sob o poder da presidência do governo será repassado para a sociedade civil, como determinado pela Comissão de Ética. Ela enfatizou que é um direito da sociedade civil assumir a presidência através de um conselheiro, e que isso será discutido nas próximas reuniões, pois a mesa diretora não pode ficar sem um presidente da sociedade civil. Amanda Carneiro solicitou que isso fosse registrado em ata, destacando que esse assunto foi trazido pela Comissão de Ética. **Elimar Pereira** pediu um encaminhamento sobre a ata dessa reunião, solicitando que a gravação da mesma fosse encaminhada para o Ministério Público. **Amanda Carneiro** propôs levar a solicitação de Elimar Pereira como proposta para que os conselheiros votassem na próxima Reunião Extraordinária. Ela mencionou que, no grupo dos 80, seria feita uma enquete para determinar a data dessa próxima reunião. Afirmou que correriam com a formulação da ata para que ela ficasse pronta e os conselheiros pudessem corrigi-la, permitindo que fosse encaminhada caso o pleno votasse e decidisse assim. Amanda Carneiro agradeceu a todos e todas, tanto os presentes fisicamente quanto os na sala virtual. Ela ressaltou que, enquanto estiverem na casa, estarão à disposição para todos, atendendo pessoas inclusive nos finais de semana e fora do expediente de trabalho. Destacou que o telefone no grupo é seu pessoal, não profissional, e que nunca se opôs a receber demandas ou a exercer seu cargo. Ela enfatizou a importância do respeito mútuo, afirmando que todos são seres humanos e merecem ser respeitados. Embora reconhecesse que os embates foram tristes, Amanda Carneiro disse que algumas decisões precisavam ser colocadas em votação devido ao tempo e às solicitações do pleno. Agradeceu novamente e solicitou que todos os encaminhamentos fossem repassados aos conselheiros no prazo máximo de 72 horas, pedindo que qualquer alteração necessária fosse feita para garantir que todos tivessem acesso de forma adequada. Finalizou desejando uma boa tarde a todos. Nada, havendo a tratar, a presidente **Yasmim Dayanara das Neves Crispiniano** agradeceu a presença de todos/as, por fim deu por encerrada a reunião e eu, **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de achada conforme, serão assinados por mim e pelos (as) demais conselheiros (as) presentes na Reunião.

Amanda Carneiro (**Secretária**)

Yasmim Dyndara das Neves Crispianiano (**Presidente**)



**REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO**

Augusto Ferrer de Castro Melo

Bárbara Pereira Collier

Nivaldo Jorge Machado

Fernando Pereira

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

Alcidésio José de Santana

Rafael Farias Almeida

Ana Paula Santana

Arthur Bruno de Medeiros Teti

Carlos Eduardo Sales de Melo



**REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO**

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

Gilmar Correia da Silva

Joab Henrique da Silva

Severino Carlos Amorim

Cleonice Maria dos Santos

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Adailton José da Silva

Roberto Gercino

Willyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

Eduarda Borba Lagioia Lippo



**REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO**

Francisco Sidney Rocha de Oliveira

Rayana Burgos dos Santos

Elimar Pereira da Silva

Natália Oikawa

Gerlane Souza de Lima

Dayvton Diego Almeida

Salatiel Magno Siqueira Alves

Renato Fonseca

Marcelo Renan Oliveira de Souza

Roberto Azoubel da Mota Silveira